

A CIDADE E O ROMANCE: FORTALEZA LITERÁRIA EM A NORMALISTA, DE ADOLFO CAMINHA

The city and the novel: literary Fortaleza in A Normalista, by Adolfo Caminha

La ciudad y el romance: Fortaleza literária en A Normalista, de Adolfo Caminha



Tais Teixeira GUERRA – Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. *ORCID ID:* <https://orcid.org/0000-0003-0128-9822>. *URL:* <http://lattes.cnpq.br/7727915627255599>
EMAIL: taisg225@gmail.com

Tiago Vieira CAVALCANTE – Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. *ORCID ID:* <https://orcid.org/0000-0002-9668-996X>. *URL:* <http://lattes.cnpq.br/0930288703472337>
EMAIL: tiagocavalcante@ufc.br

RESUMO

Este trabalho tem o propósito de apresentar a cidade de Fortaleza do século XIX a partir de uma interpretação geográfico-literária da obra *A Normalista*, do escritor cearense Adolfo Caminha (1867-1897). Para isso, com base na Geografia Humanista, abordagem que valoriza a visão de mundo das pessoas, refletida na valorização do lugar, como objeto de estudo privilegiado, passeamos por temas como política, educação, seca, modernização, cotidiano, entre outros, colocando em relevo, por meio da obra literária, alguns assuntos caros à Geografia. Como modo de entender a cidade do passado a partir de rastros do presente, uma trilha urbana foi também elaborada a fim de acompanhar alguns dos passos das personagens da obra em questão. Na trilha, é possível dialogar tanto com a paisagem como com a literatura, e perceber a cidade por múltiplos olhares. Este trabalho, enfim, procura ampliar o horizonte de uma Fortaleza Literária possível, existente na criação literária e nos percursos que produz, enriquecendo a nossa compreensão da cidade em sua espacialidade, geograficidade e historicidade.

Palavras-chave: Geografia Humanista; Geografia Literária; Romance Cearense; Trilha Urbana.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present 19th-century Fortaleza through a literary-geographic interpretation of the book *A Normalista* (The Normalist) by Cearense author Adolfo Caminha (1867-1897). To this end, based on Humanist Geography, an approach that emphasizes people's world view, reflected in the appreciation of the place as a privileged object of study, we meander through themes such as politics, education, drought, modernization, daily life, among others, bringing into relief, by

Histórico do artigo

Recebido: 07 novembro, 2021

Aceito: 02 dezembro, 2021

Publicado: 20 dezembro, 2021

means of the literary work, several subjects that are dear to Geography. As a means of understanding the city of the past following the tracks of the present, an urban trail was also prepared in order to retrace some of the steps of the characters in the work in question. On the journey, a dialogue takes place both with the landscape and with the literature, and the city is perceived through multiple perspectives. This article, hence, seeks to expand the horizon of a possible Literary Fortaleza, existent in literary creation and in the routes it produces, enriching our understanding of the city in its spatiality, geographicity, and historicity.

Keywords: Humanist Geography; Literary Geography; Cearense Novel; Urban Trail.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar la ciudad de Fortaleza em El siglo XIX a partir de una interpretación geográfico-literaria de la obra *A Normalista*, del escritor Adolfo Caminha (1867-1897). Para eso, con base em la Geografía Humanista, enfoque que valora la cosmovisión de las personas, reflejada em la valoración del lugar como objeto privilegiado de estudio, exploramos temas como la política, la educación, la sequía, la modernización, la vida cotidiana, entre otros, destacando, a través de la obra literaria, algunos temas importantes para la Geografía. Como forma de entender la ciudad Del pasado a partir de lãs huellas del presente, también se creó un sendero urbano para seguir algunos de los pasos de los personajes de la obra em cuestión. Em El camino es posible dialogar tanto com el paisaje como com la literatura, y percibir la ciudad a través de múltiples perspectivas. Este artículo, finalmente, busca ampliar el horizonte de una posible Fortaleza Literaria, existente em la creación literaria y em los caminos que produce, enriqueciendo nuestra comprensión de la ciudad em su espacialidad, geograficidad e historicidad.

Palabras-clave: Geografía Humanista; Geografía Literaria; Romance Cearense; Sendero Urbano.

1 INTRODUÇÃO

Quem quiser conhecer a cidade de Fortaleza e intoxicar-se um pouco com a barbaria semi-civilizada de uma capital provinciana, onde reina o babismo em todo o seu furor, não tem mais do que abrir o livro de Adolfo Caminha e entregar-se à leitura de suas páginas sem preocupação de crítico [...] Enquanto se lêem aquelas páginas, vive-se um pouco no Ceará (ARARIPE JÚNIOR apud BEZERRA, 2009, p. 17).

O romance *A Normalista*, do escritor cearense Adolfo Caminha (1867-1897), é, neste trabalho, a porta de entrada para uma Fortaleza múltipla de possibilidades geográficas, mediada por um olhar literário. Ao passearmos com esse olhar pelas palavras do escritor e de suas personagens, não podemos deixar de realizar, por meio de nossa imaginação guiada pela perspectiva presente no romance, uma espécie de caminhada pela capital cearense do final do século XIX.

Por remeter a esse contexto e suas nuances sociais, o romance inspira diálogos entre a literatura e as humanidades a partir de diferentes enfoques (ALMEIDA, 2017; ALVARENGA JÚNIOR, 2013; SANTOS, 2020) e também possibilita abordagens que visam

à ampliação do conhecimento sobre o Centro da cidade, onde é ambientada a trama, despertando para possibilidades didático-pedagógicas (COELHO & SAMPAIO, 2019; MAIA FILHO; PINHEIRO; COSTA, 2017).

Como o referido romance tem em Fortaleza o mapa de sua trama, interrogamo-nos sobre suas contribuições para nossa apreensão de uma cidade do passado que conforma a cidade presente. Para isso, buscamos um modo geográfico-literário de apresentação e de experiência da cidade, tendo como propósito fortalecer as relações entre escritor e leitores, entre as Fortalezas de ontem e de hoje, das letras e do cotidiano.

Aqui, buscamos interpretar e cartografar um percurso tão literário quanto urbano, evidenciando a geografia (re)criada e (re)velada na obra. Partindo dos fundamentos de uma Geografia Literária, da sua relação com a condição humana presente na cidade, podemos enfatizar o geográfico na relação entre a biografia do escritor e a trama urbana de seu romance. Caminhos que exigem uma atenção diferenciada, como a própria leitura literária, com um demorar-se pelos lugares da experiência e do pensamento envolvendo o ser humano nos elos fundamentais de suas vivências.

2 DE GEOGRAFIAS E LITERATURAS: VIVÊNCIAS, EXPRESSÕES E ABORDAGENS

Temporalização de nosso ambiente terrestre, espacialização de nossa finitude, a geografia se dirige, além do saber e da inteligência, ao próprio homem como pessoa e sujeito (DARDEL, 2011, p. 39-40).

Referimo-nos à vivência cotidiana e pessoal do ser humano no mundo como condição primeira para o surgimento da vontade de compreender e expressar sobre a vida, à procura de lugares outros (WRIGHT, 2014). A atenção a essa aspiração por experiências e saberes tem como enfoque a condição humana e procura voltar às origens do que hoje fragmentamos em campos da ciência e da arte, como Geografia e Literatura.

Nesse retorno essencial para pensarmos uma Geografia Literária, consideramos que “[...] antes de toda concepção filosófica ou científica, o homem é de início ser-no-mundo”, interpretando os fenômenos que constituem a sua existência, como indica Dartigues (2008, p. 46), com base em Heidegger (2008). É para essa interpretação que nos voltamos, procurando percebê-la do interior, a caminho da compreensão da essência humana.

O elo fundamental entre o ser humano e a Terra – a *geograficidade*, e entre ele e seu destino – a *historicidade*, constitui as experiências que temos e contamos (DARDEL,

2011). Recolocamos a Geografia na inexatidão da vivência: o valor do geográfico, e não a rigidez geométrica, só tem sentido para o ser humano que o significa. Eis a situação: no mundo e com os outros. É necessário comunicar, contar da experiência, fazer uso das linguagens, grafar o mundo.

A literatura nasce de experiências cotidianas, de um modo de ser-e-estar-no-mundo, e as ultrapassa pela imaginação. Compreender essas experiências, essas geografias, é importante se temos em vista a realização de uma Geografia Literária centrada numa abordagem que aproxime o conhecimento científico da geografia do conhecimento, da experiência e da imaginação presentes na vida e na obra dos escritores. Vida e obra que:

[...] estão impregnadas dessas geograficidades e historicidades, dessa forma circunstancial e plena de ser-no-mundo. Elas evidenciam a ligação do escritor com um espaço-tempo particular, com um contexto histórico-cultural específico, inscrito em suas vivências, lembranças e aspirações e escrito em suas obras (CAVALCANTE, 2019, p. 21).

Tanto a geografia como a literatura são aqui “[...] compreendidas como maneiras do homem (d)escrever o mundo, tornando-o inteligível, mesmo que para isso tal mundo precise ser (re)construído, (re)elaborado, (re)criado” (CAVALCANTE, 2019, p. 22). Em busca de uma Geografia que melhor aborde a relação entre o ser humano e a Terra e os mundos que emergem dessa ligação, aproximamo-nos da literatura como uma das mais ricas expressões do ser-no-mundo.

Há uma variedade de abordagens nos estudos geográficos e literários, e cada uma delas entende suas contribuições de maneiras distintas. Marandola Jr. e Oliveira (2009) explicam que algumas abordagens privilegiam a espacialidade nas obras literárias, ou seja, a estrutura espacial onde se dá a trama, e outras, a geograficidade, procurando entender que relações entre o ser humano e os lugares são reveladas na literatura.

Têm destaque as contribuições da Geografia Humanista, principalmente a partir dos anos de 1970, aproximando-se da literatura como um recurso para analisar mais subjetivamente o lugar, valorizando a relação entre o mundo e a subjetividade humana (BROSSEAU, 1994). O referido autor também defende uma maior atenção à própria linguagem como discurso criador de uma geografia para além de sua relação com as experiências de lugar.

As perspectivas em Geografia Literária também abrem possibilidades que nos permitem realizar *geobiografias* (KARJALAINEN, 2003), entendendo a importância da

geografia pessoal do autor para sua literatura; geografias da literatura e na literatura, visualizando a literatura como atividade espacial e criação geográfica, respectivamente; além de geografias da leitura, compreendendo que a Geografia Literária que propomos não se realiza sem o olhar atento ao leitor que dialoga com as obras, modificando seu modo de ser-e-estar-no-mundo (CAVALCANTE, 2021).

O que nos interessa, portanto, tendo outra maneira de conceber e habitar a cidade como horizonte, é a vinculação dessas experiências do morar, caminhar, ler e escrever, capazes de estreitar as relações entre escritores e leitores, pelos caminhos urbanos.

Visualizando as possibilidades de contribuições da relação geografia-literatura para o saber, transpomos esse pensar e fazer para o ambiente citadino, perguntando-nos: que pode nos dizer a literatura que tem a cidade como centro da trama? Por estabelecer uma relação particular com o mundo, acreditamos que ela ultrapassa definições conceituais de cidade, marcando-a com novos olhares.

Capaz de desenvolver os dramas humanos no viver urbano, a literatura “[...] nos permite ler uma dimensão especial da cidade: a da experiência e da existência” (MARANDOLA, 2006, p. 74). Assim, a arte literária é aliada dos estudos geográficos que buscam a dimensão do habitar, difícil de ser compreendida no meio urbano de experiências fragmentadas e multiplicidade de vozes.

Dentre as diferentes percepções da cidade que a constituem essencialmente como fenômeno intersubjetivo, a literatura oferece-nos leituras das mais diversas. As tramas que nascem dessa relação vêm dotadas da condição humana no espaço urbano.

Buscar a Cidade na Literatura, portanto, não é apenas buscar um conceito geográfico. Implica o encontro de experiências, culturas, lugares, histórias e pessoas. Implica o resgate do sentido holístico da geograficidade e a plena abrangência da condição humana na sociedade contemporânea (MARANDOLA, 2006, p. 76).

A cidade moderna, vivida e questionada por muitos escritores, incluindo o próprio Adolfo Caminha e suas principais influências, como o francês Émile Zola, torna-se indissociável da literatura romanesca da época. As tramas desenvolvem-se nessa centralidade de progresso caótico, tendo a cidade como grande personagem. Literatura moderna que recria a cidade em imagens integrantes do imaginário dos leitores até hoje.

São “[...] lugares cujo significado emana da sua conexão ao literário” (QUINTEIRO; BALEIRO, 2017, p. 51), são cidades que inspiram e a partir das quais realizamos uma leitura conjunta das palavras e do mundo. As emoções que se retroalimentam nesses

contatos dão-nos uma ampla visão das vidas que habitam esses lugares (VERDAGUER, 2018). Relação, portanto, frutífera de várias maneiras, capaz de estreitar os laços entre leitores-turistas e a literatura urbana.

Entre as rasuras da cidade atual, em seu encontro de temporalidades e percepções distintas, os romances podem se instalar e surgir como rastros de vivências anteriores, essenciais para uma leitura do urbano na cidade (DUARTE, 2008). Além disso, acreditamos que pensar a cidade pelo viés literário implica em uma nova relação com o urbano, no encontro com diferentes imagens, criadas pela literatura, na cena urbana.

Podemos pensar, com isso, em possibilidades de turismo literário que “[...] implicam sempre desenvolver uma construção mental que é proporcionada pela literatura e pelo espaço e mediada pelo conhecimento, pela emoção e pela imaginação de cada um desses turistas” (QUINTEIRO, 2020, p. 6). Turismo numa perspectiva geoeducativa, já que a literatura em campo abre novas possibilidades de ensino e aprendizagem sobre o espaço da cidade e sobre nossas geografias pessoais.

A Fortaleza Literária que buscamos é também um lugar “[...] cujo significado emerge do conhecimento que o indivíduo tem do texto literário e da biografia dos autores” (QUINTEIRO; BALEIRO, 2017, p. 52). Caminhemos nesse sentido na narrativa geográfico-literária que pensamos-fazemos.

3 A GEOGRAFIA DE ADOLFO CAMINHA: EXPERIÊNCIAS, LUGARES E PERSPECTIVAS

O que importa afinal é que Adolfo Caminha conseguiu transfigurar seus sentimentos em arte, e por isso seu nome não passará (AZEVEDO, 1999, p. 152).

As vivências do autor de *A Normalista* nos locais pelos quais passou são reveladoras de uma geografia construída por lugares fundantes para sua relação com o mundo. Construção que o escritor fazia questão de expressar em obra, como homem das letras atento às situações que vivia e comprometido com uma escrita sincera, como ele mesmo afirmava.

Durante os vinte e nove anos de sua vida, Caminha transitou por várias profissões e cidades, procurando deixar sua marca. *A Normalista* é o seu primeiro romance, publicado em 1893. Na biografia do autor, escrita por Sânzio de Azevedo (1999), lemos uma das opiniões sobre o romancista estreado, por Tibúrcio de Freitas, afirmando que Caminha já

teria “[...] bastante convicção social, apreendida nos homens e nos livros, para fazer uma crítica conscienciosa da parte de nossa sociedade, que ele se propôs analisar” (AZEVEDO, 1999, p. 62).

Tendo em vista sua contribuição para a produção literária e para a recriação da Fortaleza do romance, direcionamo-nos à geografia pessoal do autor. Acreditamos na importância de uma “narrativa geográfica de sua biografia” que nos auxilia a “[...] compreender o fundamento geográfico expresso em sua obra” (CAVALCANTE, 2019, p. 36). Para isso, faremos um breve trajeto, elucidando as experiências que lhe formaram, os lugares que mais o afetaram e as perspectivas que construiu, muito relevantes para sua escrita.

Retornando à infância do escritor na província cearense, veremos um menino franzino, nascido em Aracati, em um sobrado situado na antiga rua do Comércio, no ano de 1867. Lá, aos 10 anos de idade, viu chegar milhares de retirantes, durante a seca que iniciou em 1877, que procuravam algum meio para sobreviver e tomavam as ruas. Vivência que se prolongou quando, após o falecimento da mãe, no ano seguinte, foi morar com parentes em Fortaleza (AZEVEDO, 1999; ALBUQUERQUE, 2000).

Do contexto em que essas cidades portuárias cresciam e se destacavam na rede urbana e na economia cearense, com Fortaleza já assumindo uma centralidade mais influente frente à Aracati, o futuro escritor recordará com vivacidade os dramas e implicações da seca no espaço urbano. Albuquerque (2000, p. 28) também ressalta que o aracatiense “[...] lembraria da terra natal como um lugar aquecido pelas ave-marias do final da tarde, mugidos de gado, saudosos terços das almas e repicares de sinos do Senhor do Bonfim”.

Em 1880, Adolfo Caminha partia para o Rio de Janeiro, realidade bem distinta das cidades do então Norte do país, iniciando os estudos na Escola da Marinha, lugar com o qual estabeleceu vínculos importantes para sua carreira literária e do qual recorda: “[...] onde, graças aos bons preceptores que sempre tive, aprendi a ser homem de bem; a Escola Naval foi o berço da minha educação civil e militar” (AZEVEDO, 1999, p. 43).

Participou de agremiações literárias, discutia sobre literatura e, desde cedo, demonstrou suas inclinações políticas. Dois acontecimentos na vida do jovem são demonstrativos das preocupações que o acompanhariam: em junho de 1885, na escola marinha, realizou um discurso em que expressava sua vontade abolicionista e republicana, na frente do imperador e, um tempo depois, revoltou-se também contra o castigo da chibata, publicando um texto a respeito.

Quando pediu transferência do centro político do país para voltar à capital cearense, em 1888, alegando seu estado de saúde, Adolfo Caminha já era segundo-tenente e havia publicado seus primeiros livros. Antes, porém, realizou uma viagem que ficaria marcada na memória e nas anotações, além do futuro livro *No País dos lanques*, do jovem entusiasta do progresso: foi aos Estados Unidos, numa viagem de instrução da marinha, onde se surpreenderia com o cosmopolitismo nova-iorquino.

As impressões que teve dessas cidades vincularam-se à leitura e adesão aos valores civilizatórios de progresso científico e modernização social presentes no contexto intelectual em que se inseria. Desse modo, o escritor desenvolveu um olhar crítico e comparativo que buscava desvendar o provincianismo e a modernidade presentes nas cidades que recriava literariamente, como é o caso da capital cearense em *A Normalista*.

Em Fortaleza, Caminha mergulha de vez, com ressalvas, todavia, por conta de seu caráter “inadaptável”, no âmbito literário, contribuindo para as páginas que corriam as ruas da cidade e para as polêmicas entre os homens das letras da época. Além disso, experimentou particularmente a importunação que seu romance proibido com Isabel Jataí, já casada com um oficial, causaria na moral provinciana fortalezense, ao assumi-lo.

Por conta disso, o futuro romancista acabou se demitindo da Marinha e foi convidado a ocupar o cargo de amanuense na Tesouraria da Fazenda, em Fortaleza. Morou com sua companheira, nesse tempo, no bairro do Outeiro. Foi de lá que foi levado para realizar um discurso em Fortaleza, durante a tão aspirada proclamação da república. Do bairro, Caminha recordaria, anos depois, no Rio de Janeiro:

Daqui do meu pouso actual, tão longe dos ‘verdes mares’, ainda sinto a vaga emoção, meio gostosa, meio amarga, de uma saudade que talvez não acabe nunca, porque foi lá, nesse adorado bairro de lenhadores e jangadeiros, que eu amei, que eu vivi, que eu soffri... [...] Aqui estou e daqui escrevo embalado pela nostalgia da minha terra, vendo-a através da distancia, augmentada pela saudade, grande na sua miniatura de povoado risonho que olha para o mar (CAMINHA, 1895, p. 158).

De volta ao âmbito literário, foi convidado a participar da fundação da Padaria Espiritual, em 1892, agremiação literária que agitava a calmaria da província, ocupando lugares como o Café Java, na Praça do Ferreira, onde ocorriam as conferências ao ar livre, e as sedes em ruas como a Formosa, na época, uma importante via da capital. Apesar de mais tarde estabelecer desavenças com a agremiação, durante sua participação o escritor deixa essas palavras sobre o jornal *O Pão*, marcado pela ironia e crítica em suas edições:

[...] sentimo-nos deliciosamente bem ao escrevermos O Pão, ante a cólera injusta dos senhores burgueses [...], aqui, em nosso confortável e típico forno, onde diariamente, à noite, fabricamos tão boas pilhérias, sonetos adoráveis, frases cintilantes e vaporosas como o fumo de nossos charutos, e muita coisa mais inofensiva (AZEVEDO, 1999, p. 62).

Publicando nesse e noutros jornais, Caminha continuará participando da vida pública da capital, estabelecendo relações e frequentando os lugares que recria em sua obra e nos quais as personagens convivem, algumas delas como caricaturas de pessoas conhecidas pelo autor, como Caio Prado, o presidente da província, quando Caminha para lá retorna.

Leitor e admirador de escritores como o francês Émile Zola, cujo método de trabalho privilegiava a noção da realidade transcrita em seus textos, Adolfo Caminha adere ao naturalismo em seus escritos, também influenciado pela teoria evolucionista e determinista, social e geográfica. Suas obras, de maneira geral, apresentam espaços que condicionam os destinos de suas personagens ao meio vivido como causador de situações importantes para as tramas.

Quando defende o seu romance de estreia frente à crítica, transparece a “perseguição à verdade” que compartilha com outros autores dessa estética:

Não me consta que se tenha escripto em parte alguma um romance de costumes cearenses observado e verdadeiro como este, em cujas páginas vibra forte e caniculante o sol do norte e onde a vida de um povo é descripta com alguma precisão (CAMINHA, 1895, p. 85, grifo do autor).

Nos últimos anos de sua vida, no Rio de Janeiro, além de publicar *A Normalista*, o escritor continuou trabalhando em outros romances, a saber, *No País dos lanques* (1894), *Bom-Crioulo* (1895) e *Tentação* (1896/1897), também dotados de suas experiências e situação histórico-geográfica.

Interessante perceber a sua geografia, caminhante, como a de quem verdadeiramente não se adapta, trazendo breves, mas profundas passagens, nas quais ficaram as marcas do tempo-espaço de sua vida. Mas é falando d'*A Normalista* que encontramos “[...] a melhor maneira de traduzir o autor, imprimindo-o em uma época e direção” (ALBUQUERQUE, 2000, p. 17).

4 A GEOGRAFIA LITERÁRIA EM A NORMALISTA

A cidade permanecia na sua costumada quietação provinciana, muito cheia de claridade, bocejando preguiçosamente de braços cruzados, à espera do Progresso. Suava-se por todos os poros e respirava-se a custo, debaixo d'uma atmosfera equatorial, acabrunhadora. Estalava à distância num ritmo cadenciado e monótono, o canto estridente e metálico d'uma araponga cujo eco repercutia em todo o âmbito da pequena capital cearense (CAMINHA, 2007, p. 84).

A *Normalista* revela a capacidade de Adolfo Caminha de percepção e reconstituição da realidade social da Fortaleza provinciana. O romance refere-se aos espaços que o próprio escritor vivenciou, recriando cenas da vida cotidiana e denunciando os costumes da sociedade frente aos ideais de progresso.

A cidade na qual adentramos na leitura da obra de Adolfo Caminha, apesar do ideal de civilização que almeja através das modernizações, é de uma atmosfera monótona, “à espera do Progresso”. Aqui, esse processo ganha particularidades que não escapam às descrições do autor e aos (des)caminhos das personagens. Abordamos essa Fortaleza vinculando-a à geografia histórica e aos sujeitos em seu cotidiano, entendendo uma profunda relação entre eles na obra.

4.1 “E o Ceará? Fome e miséria somente”: a seca e os migrantes

A trama apresenta a história de Maria do Carmo, estudante da Escola Normal, vinda do sertão para a capital em 1877 e abrigada na casa do padrinho, o amanuense João da Mata. Por conta da seca que aconteceu naquele tempo, a menina, ainda muito nova, saiu do interior de Campo Alegre, com o pai, a mãe, já adoentada, e o irmão, fugindo dos horrores que acometiam a vida no sertão.

Caminha (2007, p. 27) denuncia as agruras da seca que “[...] dizimava populações inteiras no sertão. Famílias sucumbiam de fome e de peste, castigadas por um sol de brasa”. É nessa situação que se dão as aflições de Mendonça, o pai de Maria do Carmo, até se encontrar com uma única saída:

[...] e punha-se a meditar nos horrores da seca, nas febres de mau caráter, na quase absoluta falta d'água, com um desalento a aniquilar-lhe as forças, a dobrar-lhe a altivez de forte; Depois tornava ao mesmo fio de idéias: não, aquele inferno do sertão, com um raio de tempo medonho, seria talvez pior, seria a sua desgraça. De si para si media, calculava meticulosamente toda

a gravidade da situação a que chegara. Não havia outro recurso, outro jeito senão marchar para a capital [...] (CAMINHA, 2007, p. 29).

O drama da família representa um pouco da realidade dos desvalidos da seca, que durou três anos (1877-1879), atingindo milhares de pessoas que, além dos desafios enfrentados no interior e do penoso trajeto, do qual a menina guarda imagens de miséria e morte, passavam por outros, em Fortaleza e em outras cidades litorâneas.

Os que conseguiam chegar à capital tomavam diferentes rumos: alguns compunham os abarracamentos (construções improvisadas nos arrabaldes da cidade); outros iam para fora da província, principalmente para a Amazônia, como é o caso, na trama, de Mendonça e do filho, após a esposa e mãe vir a falecer; e outros eram domiciliados na cidade (COSTA, 2017), como Maria do Carmo, que ficara sob os cuidados do padrinho.

Mas o cenário que se formava durante esses anos de seca, acompanhada de uma epidemia de varíola, era de verdadeira mortandade, comentada por João da Mata: “E o Ceará? Fome e miséria somente. Num mês morriam três mil pessoas, eram mortos a dar com o pé, morria gente até defronte do palácio do governo, uma lástima!” (CAMINHA, 2007, p. 31).

A presença do grande contingente dos desvalidos da seca era considerada ameaçadora à ordem, limpeza e segurança públicas. Tendo em vista a preocupação com a salubridade e boa aparência geral dos espaços públicos, bem como do desenvolvimento econômico e material da capital em pleno processo de urbanização, o poder público mobilizava-se.

Nesse período, atua a política de socorros públicos indiretos, em que os migrantes recebiam auxílio em troca da exploração do seu trabalho na construção de obras (SOUZA, 2015). Organizada em comissões, funcionava mal devido aos desvios e abusos, os quais o amanuense, no romance, observava e praticava, enquanto comissário de socorros.

Além disso, a população estava sob normas disciplinares urbanas, apesar da resistência do modo de vida sertanejo na capital. Esse espaço que havia sido o horizonte da migração da retirante reduzia-se ao que hoje é o centro da cidade e começava seu lento processo de expansão. É nele que a obra nos imerge para contar a história da normalista. A personagem e a cidade carregam consigo as marcas da seca, como um passado que se faz presente no decorrer da trama (SANTOS, 2020).

4.2 “Era moda nas grandes cidades”: o desenvolvimento técnico e a modernização da sociedade

Ao longo da trama, Maria do Carmo vai, aos poucos, habituando-se à vida na capital. Antes de estudar na Escola Normal, havia passado pela educação religiosa no Colégio da Imaculada Conceição. Agora, levava uma vida comum de jovem normalista da época, frequentando clube e passeio, tocando piano, lendo romances e comentando-os com a amiga Lídia Campelo.

Apesar de sua situação social, da pouca liberdade e das restrições impostas pelo padrinho, a menina também podia sonhar com uma vida ao lado do estudante de direito, Zuza, com “[...] suas manias aristocráticas e afidalgadas” (CAMINHA, 2007, p. 49), morador da Rua Formosa, filho de coronel e amigo do presidente da província.

A casa onde moravam a normalista, o padrinho e a esposa, D. Teresa, situava-se na Rua do Trilho, “[...] com a frente encardida pela fuligem das locomotivas que diariamente cruzavam defronte, e donde se avistava a Estação da linha férrea de Baturité” (CAMINHA, 2007, p. 15). O trem de ferro, símbolo do desenvolvimento técnico da modernidade oitocentista que ali chegava, é presença constante no cotidiano das personagens.

Não apenas a locomotiva “[...] que ia, como uma coisa doida, sertão adentro!” (CAMINHA, 2007, p. 53), como os bondes à tração animal, que tomavam as ruas da cidade e locais no seu entorno, além dos navios a vapor, responsáveis pelas relações da capital cearense com outras províncias e o exterior, são, na obra, indícios do desenvolvimento que, aos poucos, transformava a paisagem e a sociedade urbana.

Essas transformações eram necessárias à capital, nessa época, quando desenvolvia um papel central na rede urbana cearense e na economia algodoeira, estabelecendo relações com o sertão e exportando o produto pelo porto. Inserindo-se na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), a partir de 1863, Fortaleza passa a se comunicar diretamente com a Europa, o que, aliado à política do Império de fortalecimento das capitais das províncias, também favorece a centralidade e o desenvolvimento da cidade (COSTA, 2017).

A presença da iluminação artificial pelas ruas, com a substituição, em 1867, dos lampiões a óleo de peixe pelos lampiões a gás, também traz à tona a modernização da sociedade fortalezense, por serem objetos que mais se destacavam como marcas das cidades mais modernas, na época. José Pereira, redator do jornal *Província*, é quem se

refere a esse fato em um dos poucos elogios à cidade, presentes no romance: “[...] no Brasil não há uma cidade tão bem alinhada como esta, uma iluminação mais rica do que a nossa e um Passeio Público assim como este” (CAMINHA, 2007, p. 96).

E é por meio do Passeio Público que podemos ter uma noção da sociedade que se conformava em Fortaleza. Em espaços de sociabilidade como o citado, a burguesia local desfilava em seus trajes à moda europeia.

A avenida Caio Prado tinha um aspecto fantástico d’um terraço oriental onde passeassem princesas e odaliscas sob um céu de prata polido, com as suas filas de combustores azuis, encarnados e verdes, com as suas esfinges... Senhoras de braço dado, em toilettes garridas, iam e vinham no macadame, arrastando os pés, ao compasso da música, conversando alto, entrechocando-se, numa promiscuidade interessante de cores, que tinham reflexos vivos ao luar [...] (CAMINHA, 2007, p. 93).

O centro, antes de se converter em centro da periferia, era o lugar da burguesia local, seus estabelecimentos comerciais, suas moradias, seus espaços de lazer (SILVA apud DANTAS, 2009, p. 197). Fortaleza da Belle Époque, cujas referências de costumes e moda chegavam da Europa, com grande influência do comércio direto com o mundo moderno, principalmente a sociedade parisiense, e tendiam a ser reproduzidos pelas classes abastadas.

As personagens do romance convivem com essas e outras importantes transformações, algumas das quais Maria do Carmo menciona, ao lamentar a morte do então presidente da província, Dr. Castro:

[...] o homem da moda, o “querido das moças”, o grande amigo do Ceará, que tantos benefícios fizera a essa província, mandando construir açudes no sertão, reconstruindo o Passeio Público, ativando as obras do porto, facilitando a emigração, prodigalizando esmolas, e, finalmente, introduzindo em Fortaleza certos costumes parisienses, como por exemplo, o sistema de passear a cavalo a chouto, de aparar a cauda aos animais de sela (CAMINHA, 2007, p. 163).

4.3 “Isso é uma terra de selvagens”: a Fortaleza litorâneo-sertaneja

A cidade, enfim, crescia e se modernizava, mas são suas contradições e ambiguidades que mais dão a cara no romance de Caminha. Cidade ao mesmo tempo litorânea e sertaneja, pois, apesar de se voltar para o mar e para a civilização, tinha profundas raízes no imaginário interiorano (DANTAS, 2011).

Quem mais se encarrega das críticas à cidade é Zuza, estudante de direito que se dizia “[...] meio exigente em matéria de civilização”, quase sempre a fazer comparação entre a província pernambucana e sua capital com “[...] certas comodidades que ainda não havia no Ceará” (CAMINHA, 2007, p. 24):

Quando a música parava, um realejo fanhoso, ao som do qual rodavam cavalinhos de pau, em um dos ângulos do jardim, gemia, num tom dolente e irritante, o Trovador, atordoando os ouvidos delicados do Zuza que achava aquilo simplesmente insuportável e medonho como um assassinato em plena rua.

Como é que se consentia semelhante importunação em uma capital que tinha foros de civilizada? Oh! Em Pernambuco, o italiano que se lembrasse de tocar realejo à porta d’uma república era imediatamente punido a batatas e a cascas de laranja. Estava muito atrasadinho o Ceará! (CAMINHA, 2007, p. 95, grifos do autor).

O narrador expressa também a disparidade social nos espaços, quando descreve os três planos do Passeio Público, destinados às diferentes classes que, apesar dos esforços de afastamento dos mais pobres do centro, fica perceptível a convivência entre elas. Quem ficava e fazia parte do cotidiano da cidade, confrontando a lógica ordenadora e o olhar enviesado das classes mais abastadas, não vislumbrava muitas oportunidades:

E acrescentou que o Ceará era boa terra para os políticos e ricos, que o pobre em Fortaleza, ainda que pesasse quilogramas de honradez era sempre o pobre, maltratado, espezinhado, ridicularizado, perseguido, enquanto que o indivíduo mais ou menos endinheirado podia contar amplamente, largamente (e abria os braços) com a simpatia geral: tinha ingresso em todos os salões, em toda a parte, até no “santuário da família” fosse ele, embora, um patife, um grandíssimo canalha. Usava chapéu alto e gravata branca? Tinha um título de bacharel? Não fizesse cerimônia, podia entrar onde quisesse [...] (CAMINHA, 2007, p. 31).

A “quietação provinciana” dessa cidade também é indicada pelo caráter incompleto dos serviços instalados e o lento desenvolvimento do pensamento e comportamento adaptados ao ritmo das novas técnicas. A iluminação artificial não havia chegado a todos os cantos da pequena cidade, além de ter seus lampiões apagados nas noites de luar, ou seja, não ter dominado por completo o convívio da sociedade com o tempo natural (SILVA FILHO, 2004).

Outra presença constante na cidade, afligindo quem desejava o progresso e a beleza urbana, era a do Negro Romão, que realizava a limpeza das ruas. Apesar de

representar a invisibilidade do negro na sociedade cearense, a sua imagem grita a todos a verdadeira face da cidade, ainda muito atrasada, inclusive com relação à instalação de serviços como de água e esgoto, o que ocorreu apenas em 1927 (COSTA, 2017).

Mas não eram apenas os mais pobres que, na perspectiva do escritor e dos entusiastas do mundo moderno, protagonizavam o “atraso” de Fortaleza. A burguesia, que se apropriava de maneira seletiva e superficial dos sucessos civis europeus, construía uma significação particular de “urbano” que não distinguia muito bem o público do privado. Sociedade “ávida de escândalos” que ocorriam na pequena cidade de tempos lentos, mas de moda europeia.

4.4 “Essa política sem ideal e sem patriotismo”: a política em discussão

Nos bares, nas casas, na redação dos jornais, todos tinham opinião para dar sobre as situações às quais estavam submetidos. A política, sobretudo local, era a principal delas, e as críticas vinham de todos os lados. Se atentarmos para esse aspecto, veremos que, no cotidiano das personagens, as particularidades e os vícios da política brasileira estão presentes, arraigadas naquela vida provinciana.

Pelo olhar onipresente do narrador, caminhamos por espaços públicos e pelas casas, percebendo a pouca delimitação entre os valores que regem os comportamentos em ambos os espaços. Além disso, é interessante perceber que à própria modernidade faltava o pertencimento dos habitantes urbanos, prevalecendo, nesse processo, num primeiro momento, as iniciativas estatais de modernização (OLIVEIRA, 2009).

Antigos valores e práticas nos quais a política se mantinha enraizada eram vistos como entraves ao modo de vida civilizado, tão aspirado por personagens como o estudante de direito, Zuza, que dizia ser essa uma “[...] política sem ideal e sem patriotismo, que só servia para nos rebaixar, obrigando o indivíduo a vender-se por amor de sua mulher e de seus filhos” (CAMINHA, 2007, p. 153). João da Mata, que muito havia se envolvido com a política de interesses pessoais, também se achava desacreditado, “[...] cansado de trabalhar gratuitamente para a política” (CAMINHA, 2007, p. 61-62).

A política também não se esquivava do cenário de pequenez da cidade, cujos boatos corriam até mesmo nas folhas dos “jornalecos”. A relação entre Zuza e Maria do Carmo, por exemplo, ganhou nuances “políticas” ao som das reclamações do estudante: “Que diabo tinha ele com a política para que se viesse meter com a sua vida? Só porque era amigo do presidente da Província e filho de político?” (CAMINHA, 2007, p. 153).

As conversas privadas do presidente no palacete revelam outras críticas por parte do escritor, quando Dr. Castro decide, tomando ciência das críticas que recebia, demitir funcionários públicos da oposição, sob o olhar elogioso de Zuza. As atitudes do presidente da província também não saíam das discussões dos populares.

Alguns comentários eram sobre o incentivo à emigração para o Sul, objetivando, como explica Souza (2015, p. 190), “[...] aliviar a tensão social provocada pelas multidões de retirantes desvalidos, cujos socorros públicos eram nitidamente insuficientes para atendê-los”. “Isso é despovoar o Ceará” (CAMINHA, 2007, p. 62), era o que o Pernetá dizia a respeito, na bodega do Zé Gato. Outras opiniões que indicam um enfoque comum à política popular direcionavam-se à pessoa do presidente, questionando seus hábitos e suas relações pessoais.

4.5 “O diabo é que no Ceará não havia colégios sérios”: a educação em questão

Também se discutia a educação, tantas vezes tratada como um modo de distinção e civilidade. Dessa forma, como é de se esperar da obra de Caminha, a trama revela uma educação formal escassa desses valores ou, ao menos, de sua prática e apropriação mais aprofundada. Sendo assim, o ensino religioso e mesmo as condições estruturais e sanitárias do Colégio da Imaculada Conceição não foram poupados de críticas do padrinho da normalista, João da Mata:

Querida a educação como nos colégios da Europa, segundo vira em certo pedagogo, onde as meninas desenvolvem-se física e moralmente como a rapaziada de calças, com uma rapidez admirável, tornando-se por fim excelentes mães de família, perfeitas donas-de-casa, sem a intervenção inquisitorial da Irmã de Caridade. Não compreendia (tacanhez de espírito embora) como pudesse instruir-se na prática indispensável da vida social uma criatura educada a toques de sineta, no silêncio e na sensorialidade de uma casa conventual, entre paredes sombrias, com quadros alegóricos das *almas do purgatório e das penas do inferno*; com o mais lamentável desprezo de todas as prescrições higiênicas, sem ar nem luz, rezando noite e dia — *ora pro nobis, ora pro nobis...* (CAMINHA, 2007, p. 22, grifos do autor).

Já a Escola Normal, em funcionamento desde 1884 e ao estilo das escolas europeias, até a promessa de melhoria com a reforma noticiada no fim da obra, não se afigura como grande exemplo educacional. Um dos redatores de jornal da província era da opinião de que ela era “Uma escola sem mestres, um estabelecimento anacrônico, onde as

moças vão tagarelar, vão passar o tempo a ler romances e a maldizer o próximo” (CAMINHA, 2007, p. 181).

Vemos denúncias múltiplas nas linhas e entrelinhas da obra, tendo em vista principalmente a educação feminina, desde os estigmas das alunas de ambos os colégios até as condições materiais (ALMEIDA, 2017). No cotidiano escolar, essas condições são visíveis. Na cena da aula de Geografia, por exemplo, a sala de aula é repleta de materiais importantes para aulas de Ciências, mas “Não se via um só mapa, uma só carta geográfica” (CAMINHA, 2007, p. 71).

A aula acontece com o monólogo do professor e suas perguntas às alunas, revelando muito do contexto do currículo da disciplina e de seu ensino na escola, na qual o conhecimento era baseado “[...] nos moldes europeus, sobretudo, de origem francesa, em que a memorização de conceitos e informações era o principal objetivo do ensino” (MENDES, 2015, p. 5), como vemos:

O professor pediu um compêndio que folheou de relance. — Qual era a lição? A Oceania?

Pois bem...

— Diga-me, senhora D. Maria do Carmo: A Oceania é ilha ou continente?

Maria fechou depressa o compêndio que estivera lendo, muito embaraçada, e, fitando o mestre, batendo com os dedos na carteira, com um risinho:

— Somente uma parte da Oceania pode ser considerada um continente.

— Perfeitissimamente bem!

E perguntou, radiante, como se chama essa parte da Oceania que pode ser considerada continente; explicou demorada e categoricamente a natureza das ilhas australianas, elogiando as belas paisagens claras da Nova Zelândia, a sua vegetação opulenta, as riquezas do seu solo, o seu clima, a sua fauna, com entusiasmo de touriste, animando-se pouco e pouco, dando pulinhos intermitentes na cadeira de braços que gemia ao peso de seu corpo (CAMINHA, 2007, p. 71).

[...]

— Diga-me a Sra. D. Sofia de Oliveira, quantos são os pólos da terra? Veja como responde, é uma pequena recordação. Não se acanhe. Quantos são os pólos da Terra? (CAMINHA, 2007, p. 73).

[...]

— Dois: o pólo norte e o pólo sul.

— Perfeitissimamente! Confirmou o professor batendo com o pé no estrado e esfregando as mãos satisfeito. — Dois, minhas senhoras, disse mostrando dois dedos abertos, em ângulos; dois! O pólo norte, que é o extremo norte da linha imaginária que passa pelo centro da Terra, e o pólo sul, isto é, a outra extremidade diametralmente oposta; eis aqui está! Está ouvindo, D. Sofia? Está ouvindo D. Maria do Carmo? São dois os pólos da Terra! (CAMINHA, 2007, p. 74-75).

As descrições pitorescas durante as aulas atraíam a atenção das alunas, segundo a opinião da protagonista. Além do caráter descritivo das falas, havia o elogio ao

conhecimento científico, mesmo no âmbito literário, lembrando-nos a própria perspectiva do narrador da obra. Assim, o professor, “[...] explicando a vida e costumes dos selvagens da Nova Zelândia”, cita “Júlio Verne, cujas obras recomendava às normalistas como um ‘precioso tesouro de conhecimentos úteis e agradáveis’” (CAMINHA, 2007, p. 72).

4.6 “Toda uma geração nascente, ávida de emoções”: os modos de estar na cidade

A literatura caminhiana expressa nessa obra é, podemos dizer, uma geografia do cotidiano, que destaca a “promiscuidade interessante” das gentes, frente aos contornos retilíneos da cidade. Surgem “[...] desde as camadas inferiores da população indigente, que emigra dos sertões no tempo das sêcas, até o burguez independente que afecta aristocracia e bom gosto” (CAMINHA, 1895, p. 85-86). Tipos que tomam os espaços públicos e que têm experiências distintas de lugares, modos de estar na cidade que lhes são próprios:

Curiosos de todas as classes, trabalhadores aduaneiros de jaqueta azul, guardas d’Alfândega e oficiais de descarga com ar autoritário, de fardeta e boné, marinheiros da Capitania, confundiam-se numa promiscuidade interessante. Jangadeiros arregaçados até aos joelhos, chapéu de palha de carnaúba [...] (CAMINHA, 2007, p. 45).

[...]

A criada puxava água da cacimba; o cargueiro d’água potável enchia os potes; cegos cantavam na rua uma lengalenga maçante, pedindo esmola numa voz chorada; vendedores ambulantes ofereciam cajus... (CAMINHA, 2007, p. 54).

[...]

Empregados públicos voltavam das repartições taciturnos [...]. Pouco movimento na rua do Major Facundo; um ou outro transeunte macambúzio, de chapéu-de-sol, caixeiros que atravessavam a rua ligeiros, em mangas de camisa, e alguns pobres diabos arrastando-se a pedir esmola (CAMINHA, 2007, p. 83-84).

Com esse ponto de vista da cidade, o autor parece entender que ela “[...] não é somente um panorama abarcado com um só golpe de vista”, como nos lembra Dardel (2011, p. 28): “A cidade, como realidade geográfica é a rua. A rua como centro e quadro da vida cotidiana”. Caminha capta o espírito dessas ruas, de monotonia interrompida apenas por cenas de velórios e casamentos.

Ele chama a atenção, além da forte imagem do Negro Romão pela cidade, para os trabalhadores e a condição de miséria em que muitas pessoas viviam, já que, na Fortaleza Belle Époque, “Além da emergência dos grupos dominantes, há a formação, como

consequência do crescimento econômico da capital cearense, da classe média (profissionais liberais e intelectuais), dos trabalhadores, subempregados e desempregados” (DANTAS, 2009, p. 198).

Entre as maneiras de abrir caminhos na cidade para a criação de modos de viver, estão as dos trabalhadores informais. Com suas táticas de sobrevivência, eles burlam e ultrapassam as normatizações político-sociais do discurso disciplinador (CORREIA, 2013). Na obra, suas aparições ressoam como imagens do “atraso” do processo de modernização de Fortaleza.

Uma diversidade de condições aplica-se a essas gentes, todas intrinsecamente relacionadas à cidade, como a história da própria protagonista: a menina retirante. Na relação rural-urbano que se estabelece, a menina incorpora a harmonia e as desavenças entre os distintos hábitos, no contexto de apelo aos cidadãos à expressão de civilidade, fundada na moda que se vestia, comia, bebia e falava.

O contexto é opressivo e restringe as possibilidades da jovem de alcançar seus desejos. Afetado, seu corpo é submetido aos valores e leis vigentes naquela sociedade (ALVARENGA JÚNIOR, 2013). E é assim que Maria do Carmo, envolvida por desavenças e sendo vítima de violências, tem seu destino determinado por sua condição, como veremos adiante.

4.7 “Bonito aspecto para se ver de longe”: a Fortaleza através da distância

“E os dias passavam longos e modorrentos, cheios de sol, sem nuvens no azul, iguais sempre, eternamente monótonos” (CAMINHA, 2007, p. 92). Passava-se o tempo dos cajus, das ventanias e dos exames finais dos estudantes, e também o tempo do inverno, das chuvas e da fartura.

Cabe nos perguntarmos agora – tendo em vista a própria perspectiva naturalista na obra – de que forma esse espaço afetou as personagens de forma a modificar-lhes os destinos. Espaço em que cada personagem está situada. Situação que “supõe um ‘espaço’ onde ele ‘se move’; um conjunto de relações e de trocas; direções e distâncias que fixam de algum modo o lugar de sua existência” (DARDEL, 2011, p. 14, grifo do autor).

Percebemos que as histórias de Maria do Carmo, Lídia e Zuza direcionam essas personagens para lugares mais afastados, dos quais viam a cidade “através da distância”. Essa que expande nosso mapa literário em direção aos “refúgios” das personagens e nos desperta para a relação afetiva que desenvolvem com os lugares.

Maria do Carmo, que se via desamparada, sob as ordens de João da Mata e Zuza, sentia-se só no mundo, já que a presença de seus pais e do interior onde vivera só existia quando a imaginação vagueava, ao balanço de sua rede: “[...] se fosse possível tornar a ser criança, renascer e viver outra vez em Campo Alegre...” (CAMINHA, 2007, p. 31). Relembrava o passado, tinha ânsias de um futuro bem longe dali e, muitas vezes, abstraía-se do espaço presente.

Nessas circunstâncias, Maria do Carmo, já sem esperanças na vida ao lado de Zuza, engravidada, após ser violentada pelo padrinho, e é levada à Aldeota para realizar o parto, longe dos olhares da sociedade:

Provisoriamente instalada no seu bucólico e nemoroso retiro da Aldeota, longe de tudo que lhe arreliava o juízo, a um bom quilômetro das rabugices de D. Terezinha e do mau hálito de João da Mata, outra foi com efeito a vida de Maria do Carmo. O viver simples e sossegado de mestre Cosme e da tia Joaquina, o aspecto úmido da mata resplandecendo num fundo verde-claro e onde variados matizes da flora agreste punham efeitos surpreendentes, o bom leite puro e fresco bebido pela madrugada à porta do curral, e, à tardinha, quase ao anoitecer, o violão de mestre Cosme gemendo saudades de um país remoto e abençoado, a liberdade que se bebia ali na larga convivência da natureza, tudo isso robustecia-lhe o corpo e a alma, inoculando-lhe no sangue um conforto viril, ressuscitando-lhe o quase extinto amor à vida, à alegria, à mocidade, e às apagadas reminiscências do bom tempo em que ela, ainda inocente, em Campo Alegre, ia esperar o papai que voltava da vazante! (CAMINHA, 2007, p. 175).

A apreciação pela natureza, nascida do contato mais íntimo com esse ambiente, é decisiva para a saúde de Maria e expressa uma das nuances do sentimento topofílico, como conceitua Tuan (2012), limitado, no centro da cidade.

Lídia Campelo, após casar com o Loureiro, também já havia partido para a chácara do casal, no Benfica, “[...] naquele pedacinho do Ceará, sem seca e sem política, entretendo relações sentimentais com a natureza agreste e sincera” (CAMINHA, 2007, p. 143). Apesar de enfatizar, ao longo da trama, a necessidade de progresso, essas passagens demonstram como o campo surge, na visão do autor, como refúgio à civilização e sua decadência moral (ALENCAR, 2012).

Zuza, guiado pelo seu futuro promissor, também parte da capital, de volta a Recife. É dele uma descrição da visão panorâmica do litoral fortalezense na época:

[...] enquanto o vapor singrava em direção ao Mucuripe, começou a examinar a costa cearense, como se nunca a tivesse visto de fora, da tolda

de um navio. Viu passar diante de seus olhos arregalados todo o litoral da Fortaleza, desde o farol de Mucuripe até a ponta dos Arpoadores...

Primeiro o farol, lá muito ao longe, esbranquiçado, cor de areia, ereto, batido pelos ventos; depois a extensa faixa de areia que se desdobra em ziguezague até a cidade; a praia alvacentas e rendilhada de espumas. Em seguida o novo edifício da Alfândega, em forma de gaiola, acaçapado, sem arquitetura, tão feio que o mar parece recuar com medo à sua catadura.

Noutro plano, coqueiros maltratados pelo rigor do sol, erguendo-se da areia movediça que os ameaçava soterrar, uns já enterrados até a fronde, outros inclinados, prestes a desabar; o torreão dos judeus Boris, imitando a torre de um castelo medieval, cinzento e esguio; o seminário, por trás no alto da Prainha, com as suas torres triangulares; as torres vetustas e enegrecidas da Sé; o Passeio Público, com os seus três planos em escadarias; a S. C. de Misericórdia, branca, no alto; o Gasômetro; a Cadeia; e, por ali afora, o arraial Moura Brasil, invadido pelo mar, reduzido a um montão de casebres trepados uns sobre os outros...

— “Sim, senhor, pensou o Zuza, bonito aspecto para se ver de longe, barra afora...” (CAMINHA, 2007, p. 157)

As personagens, portanto, imersas em um espaço de perspectivas limitadas que se traduz, ao mesmo tempo, no discurso moderno e progressista e no cotidiano provinciano (LESSA NETA, 2011), têm seu destino muito atrelado a ele. As direções que cada um toma têm na cidade suas motivações. Assim, essa cidade é a grande personagem do romance, a que verdadeiramente “age” e altera as vidas humanas que a formam.

Mas Maria do Carmo volta para casa e para a Escola Normal, episódio que coincide com a proclamação da república, ganhando a atenção de todos e abrindo um novo horizonte, distinto daquele do início da história da retirante, à vista da cidade e da normalista, que “[...] via diante de si um futuro largo, imensamente luminoso, como um grande mar tranqüilo e dormente” (CAMINHA, 2007, p. 192).

5 OS CAMINHOS DO LEITOR NA FORTALEZA LITERÁRIA

Importa que esse mapa não seja feito a partir de uma vista aérea, mas de um caminhar, de um percorrer o caminho que permite construir um itinerário enriquecido pelas cores, formas, odores, pelo conjunto das sensações transmitidas pelo lugar, pela observação das pessoas e das atividades, pelas histórias que nos contam (QUINTEIRO, 2020, p. 4).

Nosso caminho até aqui apreende as geografias que pertencem à vida do escritor e à obra *A Normalista*. Na literatura de Adolfo Caminha, revelamos uma Geografia Literária, mas os diálogos que queremos acontecem nas ruas da cidade, através dos passos do leitor caminhante, atento aos lugares que mais se aproximam dos dramas humanos presentes na obra. É isso que busca apresentar o trajeto presente na Figura 1.

Figura 1 – Percurso geoliterário a partir da obra *A Normalista* de Adolfo Caminha.



Elaboração: Autores, abr. de 2021.

Nesse percurso pelo Centro da cidade, de uma experiência urbana e subjetiva do leitor, de forma fragmentária, é possível resgatar muito das formas de lazer, trabalho e vivências da cidade do passado, por meio de uma geografia que enfatiza as contradições e os modos de viver. A começar pela Praça do Ferreira (Figuras 2 e 3), lugar de passagem, de encontro e de multiplicidade.

Os prédios à vista já dizem que o encontro não é apenas de pessoas, mas de temporalidades distintas. Percebemos que “[...] o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas”, as rugosidades (SANTOS, 2006, p. 92). Transformações e permanências ganham forma na arquitetura das edificações. Muitas datam do fim do século XIX e início do XX, passando por reformas e reconstruções. Hoje, esses locais representam a variedade de funções que movimentam as pessoas que atravessam a praça.

Figuras 2 e 3 – Praça do Ferreira, na década de 1920 e em 2021.

Fonte: Arquivo Nirez e arquivo dos autores (nov. de 2021), respectivamente.

Desse ponto é possível ver gentes de todos os tipos, sempre atarefadas, na pressa de realizar suas atividades em tempo determinado. A Coluna da Hora, grande relógio no centro da praça, marca o horário que dita o ritmo dos passos. Outros parecem ler o relógio de maneira distinta e, sentados nos bancos da praça, transparecem um sossego digno de uma cidade litorâneo-sertaneja.

As transformações funcionais da praça, da Fortaleza Caminhiana até os dias de hoje, são visíveis nas remodelações sofridas ao longo do século XX e mostram a expansão da função comercial no centro da cidade e o enfraquecimento da presença de moradias e, pouco depois, de estabelecimentos voltados ao lazer, alguns mencionados no romance. A lógica espacial da movimentação de pessoas da praça para outros lugares da cidade também sofreu muitas mudanças. Lembramos o passeio da normalista e João da Mata, quando:

Seguiram para a Praça do Ferreira a tomar o bonde de Pelotas. Pouca gente na praça ensombrada por suas enormes mungubeiras. Dois sujeitos, sentados um defronte do outro, jogavam silenciosamente o dominó no Café Java. Às portas da Maison Moderne famílias esperavam os bondes em pé, silenciosas, com ar de infinito aborrecimento. Dentro jogava-se bilhar. Muitas pessoas rodeavam uma das mesas para ver jogar o presidente, que, em colete, escanchado num ângulo da mesa, calculava o efeito das bolas (CAMINHA, 2007, p. 141).

Esse tipo de veículo era uma inovação nas condições de transporte até o surgimento dos bondes elétricos, no Rio de Janeiro, em 1892. Partiam da referida praça e destinavam-se às ruas da cidade. Distâncias maiores, considerando os “obstáculos a serem vencidos” no afastamento dos espaços (DARDEL, 2011, p. 10).

A imaginação que tenta transpor a barreira temporal faz-nos vislumbrar a praça também como lugar dos cafés, restaurando a atmosfera literária de outrora. Chegamos à porção nordeste, onde se localizava o Café Java, que, nas palavras do escritor, era um “[...] kiosquezinho de madeira, cujo proprietário, bom homem, pernóstico e folgazão, habituara-se àquelas ingênuas conferências ao ar livre” (CAMINHA, 1895, p. 160).

Assim, a Praça do Ferreira era também centro irradiador das ideias que surgiam naquelas mesas. Pensamos na agremiação da Padaria Espiritual, que se reunia ali e direcionava suas palavras republicanas e progressistas e seu olhar civilizatório à Fortaleza do atraso. Consideramos como essas perspectivas sobre a cidade, principalmente as que visam sua transformação, se materializam. Formas e discursos que se entrelaçam na grafia urbana, desde o traçado das ruas que agora nos guiam, aos modos de sociabilidade que predominam nos espaços públicos.

Ao chegarmos à Praça General Tibúrcio (Figuras 4 e 5), as edificações que formam esse conjunto arquitetônico indicam que estamos em contato com outra funcionalidade histórica. A política toma espaço. A capital se desenvolve como centralidade administrativa, abrigo da sede do governo no casarão que o narrador da obra descreve:

[...] acaçapado e informe, com o seu aspecto branco e tradicional de velho edifício português, do tempo do Sr. D. João VI, com a sua fila de janelas, alinhadas à maneira de hospital, espiando para a praça do General Tibúrcio, parecia dormir um sono bom de sesta, batido pelo sol, na mudez solene de um monumento arqueológico (CAMINHA, 2007, p. 110).

Figuras 4 e 5 – Praça General Tibúrcio, no início do século XX e nos dias de hoje.



Fonte: Arquivo Nirez e arquivo dos autores (nov. de 2021), respectivamente.

Praça que também não se desvia da sonolência após o almoço de domingo; sensação que nos persegue na Fortaleza d’*A Normalista*. Com a obra, passamos algum

tempo na habitação do presidente, onde, com seus aliados, discutia as artimanhas que davam a cara da política local, um dos principais alvos da crítica do autor e, muitas vezes, tida como empecilho – arraigado na província – contra o avanço e o progresso.

Tanto o Palácio do Governo – o Palácio da Luz – como a Assembleia Legislativa, ali próxima, na época do romance, recordam um tempo em que o Centro era o local da administração oficial. “Com esses órgãos transferidos, o Centro perdeu a frequência de funcionários de vários níveis, que dinamizavam os setores do comércio e de serviços” (SILVA, 2017, p. 479).

Daqui se legitimavam discursos normatizadores que visavam organizar e higienizar a cidade frente à seca e às doenças. Buscavam submeter os diferentes grupos e tipos sociais, apresentados por Caminha, ao modo de vida urbano, o que não impedia o convívio nada harmônico entre eles, além da exclusão de muitos que buscavam trabalho e lazer na Fortaleza da burguesia.

Pensando nisso, lembramo-nos dos meninos entregadores de jornais que passavam pela praça, próximo ao casarão, anunciando, nas páginas que vendiam, os boatos da vida privada de alguns. Faltava aos “jornalecos” – o escritor defendia – a valorização da literatura e das artes para a sociedade. Hoje, o patrimônio da praça, conhecida popularmente como Praça dos Leões, lugar de recordação por excelência, carrega marcas da literatura no espaço e na memória da cidade.

Voltando à trama que nos coloca nesse percurso, não esqueçamos o sol acabrunhador, que, de vez em quando, surge como condição natural e que dá ainda mais vida às páginas da obra. Seguimos por onde “[...] uma mormaço de fornalha abafava os transeuntes que desciam e subiam a rua de Baixo a pé, esbaforidos” (CAMINHA, 2007, p. 45).

Pelas ruas, lembramos as personagens de Caminha, aquelas que pisam “[...] as legendárias terras de Iracema” (CAMINHA, 1895, p. 85) e que têm ali o lugar de trabalho, de rotina, de abrigo, de lembrança ou de esquecimento dos problemas. O olhar que vagueia para além das oficialidades entende que “O território do Centro de Fortaleza tem construtores anônimos, sem face marcada. De forma ininterrupta, elaboram um texto que é refeito na alternância dos dias e das noites” (SILVA, 2017, p. 469).

As ruas também aglomeravam em celebrações e em enterros. Quando se conheciam os nomes das pessoas que moravam em cada uma das poucas ruas, a celebração de um casório ganhava grande importância como uma das atividades tradicionais que resistiam naquela Fortaleza em vias de modernização. Por elas, também

passavam os gatos pingados nos funerais, quando os sinos da Sé dobravam a finados, informando da perda.

Essa paisagem sonora ressoa aos ouvidos do leitor e também se faz dos toques de cornetas no quartel, em harmonia com o marulhar das águas. São sons que dão um caráter nostálgico ao caminho, quando nos aproximamos do Passeio Público (Figuras 6 e 7), representante do lazer de toda aquela geração, à luz das tendências europeias.

Figuras 6 e 7 – Passeio Público, no início do século XX e atualmente.



Fonte: Arquivo Nirez e arquivo dos autores (nov. de 2021), respectivamente.

Lugar de lazer não somente das classes mais abastadas, que apareciam na avenida e desfilavam as últimas modas, mas de todas as classes. “Ali não havia distinção de classes, nem camarotes, nem cadeiras de primeira ordem: todos tinham ingresso para saracotear nas avenidas ao ar puro das noites de luar” (CAMINHA, 2007, p. 95). O que não mascara a desigualdade socioespacial que oprimia os que resistiam às tentativas de expulsão do Centro da cidade.

O que ficou do Passeio Público, hoje menos valorizado enquanto lugar de lazer do que anteriormente, corresponde ao primeiro plano, da Avenida Caio Prado. Acompanhando a trama do romance, lemos como esse espaço era vivido pelos moradores, como na descrição dos outros dois planos do passeio:

[...] Na Mororó, mais larga que as outras, havia uma promiscuidade franca de raparigas de todas as classes: criadinhas morenas e rechonchudas, com os seus vestidos brancos de ver a Deus, de avental, conduzindo crianças; filhas de famílias pobres em trajes domingueiros, muito alegres na sua encantadora obscuridade; mulheres de vida livre sacudindo os quadris descarnados, com ademanos característicos, perseguidas por uma troça de sujeitos pulhas que se punham a lhes dizer gracinhas insulsas (CAMINHA, 2007, p. 95).

[...] E dirigiram-se para a avenida Carapini, ensombrada pelos castanheiros [...] No botequim, rodeado de toscas mesinhas de madeira, abriam-se garrafas de cerveja com estrondo e havia um movimento desusado de gente (CAMINHA, 2007, p. 94).

Diferentes personagens que habitavam a cidade, de práticas cotidianas sempre em diálogo com as imposições políticas e condições sociais. São elas que constroem a cidade em suas contradições, tornando-a impossível de ser compreendida com apenas um olhar, uma só perspectiva. “Na verdade, mar e sertão, centro e periferia, a própria cidade encontra-se no Centro, espaço que contém alta densidade histórica e pluralidade cultural” (SILVA, 2017, p. 470).

Chegamos à estação ferroviária (Figuras 8 e 9), um marco que representa essa relação. A ferrovia estreitou as relações da capital com o interior e foi essencial para a consolidação da hegemonia de Fortaleza no contexto da província.

Figuras 8 e 9 – Estação Central da Estrada de Ferro de Baturité, no início do século XX, atualmente, Estação João Felipe.



Fonte: Arquivo Nirez e www.gov.br/iphan, respectivamente.

Nesse lugar, imaginamos também as locomotivas compondo a paisagem da cidade d’outrora:

A locomotiva disparou numa rapidez crescente, soltando rolos de fumo e fagulhas que pareciam uma irrisão aos olhos da normalista. A sineta, num badalar contínuo, acordava os moradores do Trilho, àquela hora ainda nos lençóis.

Maria viu passar a enfiada de vagões estrelajando sobre os trilhos e esteve muito tempo em pé ouvindo o silvo longínquo da locomotiva que ia, como uma coisa doida, sertão adentro! (CAMINHA, 2007, p. 53).

O sentido das fachadas de prédios e da própria estação, em direção ao sul, indica rastros do “voltar-se para o sertão”, de uma cidade pensada, desde o início, de costas para

o mar, afinal, era do sertão que vinham produtos para consumo e exportação, pessoas, valores e imaginários. Estes últimos também se relacionam com o modo de vida urbano e sua harmonia ou conflito, e traduzem muitas das contradições apontadas no romance.

A própria protagonista representa muito dessa relação e procuramos agora nos aproximar cada vez mais de seu cotidiano e destino, atrelados aos da própria cidade. Essa é uma das oportunidades do caminhar urbano na relação com a literatura. Compreendemos, por meio de uma trama, acompanhando a história da personagem que o autor inscreve na História e nos caminhos de um mapa que ele sobrepõe à cartografia da cidade.

Caminhamos pela Avenida Tristão Gonçalves, antiga Rua do Trilho, em outra zona da cidade. Em algum lugar por essa Avenida, ao som das locomotivas e “donde se avistava a Estação da linha férrea de Baturité” (CAMINHA, 2007, p. 15), encontrava-se a casinhola onde morava Maria do Carmo. Sua história já conhecemos bem, desde quando ela andava até a Praça do Patrocínio – hoje Praça José de Alencar (Figuras 10 e 11) –, até a Escola Normal, sua porta de entrada para a sociedade fortalezense.

Figuras 10 e 11 – Praça do Patrocínio, no início do século XX, atual Praça José de Alencar.



Fonte: Arquivo Nirez e arquivo dos autores (nov. de 2021), respectivamente.

A primeira sede da Escola Normal é hoje ocupada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para a jovem estudante, a escola e a praça desenhavam um cenário rotineiro:

[...] A praça permanecia numa quietação abençoada, com os seus renques de mungubeiras muito sombrias, verde-escuras e eternamente frescas, a

desafiar, frente a frente, a pujança outonal dos cajueiros em flor que os liceístas castigavam a pedradas.

Meninos apregoavam numa voz clara e vibrante:

– Loteria do Pará, 30 contos!

O edifício da Escola Normal, a um canto do quadrilátero, pintadinho de fresco, cinzento, com as janelas abertas à claridade forte do dia, tinha o aspecto alegre d'uma casa de noivos acabada de criar-se (CAMINHA, 2007, p. 69).

A educação que recebiam idealizava “entregar” jovens de conhecimentos e costumes civilizados à sociedade. A escola tem o currículo reformado na mudança que o escritor registra ao fim do livro, compondo a atmosfera de esperança à luz da República.

A educada Maria do Carmo, apesar de surpreender a todos, desviando-se do estereótipo de pobre retirante, continua submetida aos descaminhos da vida. Ela, no fim, é exemplo das trilhas que se constroem e desconstroem nos lugares, inerentes à condição humana. O romance, dessa forma, não deixa de tratar de desenvolvimento, tanto da personagem, como da cidade.

Percorremos alguns pontos de Fortaleza, de encontros, pessoas, temporalidades e imaginários distintos. Centros de significado para o leitor d'*A Normalista*, lugares construídos pela experiência, sustentados não só pela sua concretude, mas pela “qualidade da consciência humana” (TUAN, 2018, p. 15). A Fortaleza Literária surge, assim, como outra maneira de ver, compreender e viver a cidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Literatura, assim compreendida, está distante da representação corrente de algo frívolo, ligado ao entretenimento: ela é necessária para que nossa multifacetada Geografia seja mais permeável aos difíceis e profícuos diálogos nas interfaces interdisciplinares, resistindo aos movimentos de cristalização e normalização de sua prática e de seu pensar (MARANDOLA JR., 2019, p. 11).

A vida urbana é cheia de nuances, matérias e percepções, formas e discursos que compõem seu todo complexo. Para refletirmos sobre ela, é essencial a consideração e valorização das imaterialidades da cidade percebida e recriada, inclusive pelos escritores e leitores. Ter atenção a esses modos de ver a cidade exige um esforço sensível de olhar e de outros sentidos.

Por vezes, para isso, é preciso dialogar com o passado, identificando as transformações que o tempo nos traz. A paisagem cotidiana e a memória pessoal e coletiva

são nossas aliadas nesse resgate histórico. É preciso também compreender que a dimensão ficcional constitui a cidade que vivemos e nos imerge em sua recriação literária.

Na caminhada, o leitor dialoga tanto com a paisagem como com a leitura literária. Procura perceber a cidade por múltiplos olhares, seus e dos outros, e vincula as espacialidades e historicidades à sua leitura de mundo. O caminhar pela cidade, nessas circunstâncias, ganha outro aspecto, do qual emergem fenômenos até então desconhecidos, cuja interação permite o vislumbre de alguns temas e aspectos da dinâmica urbana.

Os rastros que o leitor percebe não são apenas da cidade d'outrora, mas da cidade de Maria do Carmo. O quadro crítico que Adolfo Caminha elabora sobre a Fortaleza do fim do século XIX e que compõe toda a trama d'*A Normalista*, como vimos, é fundamental para apresentar os lugares e as personagens no espaço de tempos lentos, à espera do progresso.

Por isso o destaque para como a modernidade era concebida no antigo cotidiano fortalezense e como se relacionava com as práticas provincianas. Paisagem distinta da que acompanhamos nas praças e ruas dos dias de hoje, durante o percurso, da pressa característica do modo de vida urbano já difundido no centro da metrópole e do desenvolvimento material propiciado pela modernização. Mas as raízes nascidas da relação com o sertão, suas riquezas e agruras ainda marcam o cotidiano urbano, desde os trabalhadores que levantaram as obras públicas até as normatizações que impuseram o desenvolvimento do modo de vida urbano a Fortaleza.

Para além dos caminhos oficiais de construção da cidade, percorremos trilhas que nos colocam em conversas de bar, de lar, ou da sala de aula. Lugares nos quais tomamos conhecimento de diferentes discursos sobre a cidade, a política e a educação, desde as reuniões dos homens das letras, aos grandes palacetes, passando pelas pequenas casas sujas de fuligem das locomotivas.

Essas lembranças de condições e geograficidades distintas, que convivem na cidade de Adolfo Caminha e que colocam em evidência os diferentes lugares, também fazem recordar o caráter determinante das vidas das personagens atreladas à cidade, desde a educação formal, aos modos de vestir e falar; das habitações, às distâncias e aos reencontros.

A trama, então, vai ocupando as ruas da cidade, à medida que lemos as palavras e as paisagens. Os encontros da cidade de ontem e de hoje, do escritor e do leitor, e a ponderação da dicotomia entre ficção e realidade constroem uma complexidade que

procuramos compreender. Esse foi o exercício que realizamos aqui, entendendo que a narrativa literária inspira a criação de inúmeras outras narrativas pelas ruas da cidade.

Essa experiência buscou outros modos de ver o espaço urbano, partindo de sua intersubjetividade. A leitura e grafia urbanas de modo mais literário reverberam na vida na cidade, integrando saberes. Experiência que procurou também ampliar o horizonte de uma Fortaleza Literária possível, existente na criação literária e nos percursos produz, enriquecendo a nossa compreensão da cidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. **Adolfo Caminha**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

ALENCAR, M. C. F. de. O imaginário da cidade e do campo na obra de Adolfo Caminha. **Albuquerque: Revista de História**, Campo Grande, MS, v. 4 n. 8 p. 107-129, jul./dez. 2012.

ALMEIDA, G. M. de A. História da Educação Brasileira em *A Normalista*. In: SILVA, F. M. D. da.; SOUSA, A. V. de.; SILVA, F. D. da.; LIMA, F. W. R. (orgs.). **Percursos da literatura no Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. p. 153-165.

ALVARENGA JÚNIOR, E. G. **Mulheres de papel**: repressão, transgressão e costumes nos perfis femininos de *A Normalista* de Adolfo Caminha (Fortaleza, fins do século XIX). 2013. 33p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Centro de Ciências Humanas da Faculdade Farias Brito, Fortaleza, 2013.

AZEVEDO, S. de. **Adolfo Caminha**: vida e obra. Fortaleza: Edições UFC, 1999.

BEZERRA, C. E. de O. **Adolfo Caminha**: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BROSSEAU, M. Geography's Literature. **Progress in Human Geography**, v.18, n.3, p. 333-353, 1994.

CAMINHA, A. **A Normalista**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

CAMINHA, A. **Cartas literárias**. Rio de Janeiro: [Aldina] 1895.

CAVALCANTE, T. V. **Geografia Literária em Rachel de Queiroz**. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

CAVALCANTE, T. V. Por uma geografia literária: De leituras do espaço e espaços de leitura. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 16, n. 31, p. 191-201, mar. 2021.

COELHO, K. A. SAMPAIO, P. M. A Normalista e a Geografia: a cidade de Fortaleza a partir da literatura. In: **VI Congresso Nacional de Educação**, 2019, Fortaleza. Anais. Fortaleza: Editora Realize, 2019.

CORREIA, D. C. As artimanhas do corpo: o cotidiano dos trabalhadores das ruas da cidade de Fortaleza (1880-1910). **Revista Ágora**, Vitória, n. 18, p. 152-164, 2013.

COSTA, M. C. L. **Capítulos de geografia histórica de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

DANTAS, E. W. C. **O centro de Fortaleza na contemporaneidade**. In: DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B. da; COSTA, M. C. L. De cidade à metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 187-238.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DARTIGUES, A.. **O que é a fenomenologia?** Trad. de Maria José Almeida. 10 ed., São Paulo: Centauro, 2008.

DUARTE, F. Cidade, modos de usar: um ensaio sobre leitura. **Paisagem Ambiente**: ensaios, São Paulo, n. 25, p.173-184, 2008.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Trad. revisada de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 9ªed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2014.

KARJALAINEN, P. T. On Geobiography. In: PAIK, Koht ja. **Place and Location**. Tallin, 2003. p. 87-92.

LESSA NETA, B. S. **A menina e a província**: a espera do progresso no romance *A Normalista*, de Adolfo Caminha. 2011. 104p. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Ceará, Curso de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza (CE), 2011.

MAIA FILHO, J. A. R; PINHEIRO, S. T.; COSTA, M. C. L. Trilhas urbanas: seguindo os passos da Normalista, de Adolfo Caminha. In: **Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, v. 2, 2017. p. 4055.

MARANDOLA, J. A. M. S. O geógrafo e o romance: aproximações com a cidade. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v.31, n.1, p. 61-81, jan./abr. 2006.

MARANDOLA JR., E.; OLIVEIRA, L. de. Geograficidade e Espacialidade na Literatura. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v.34, n.3, set/dez. 2009.

MARANDOLA JR., E. Prefácio. Limeira, outono de 2019. In: PORTUGAL, Jussara F. (Org.) **Geografias literárias**: escritos, diálogos e narrativas. Salvador: EDUFBA, 2020, p. 9-11.

MENDES, E. G. A Geografia Escolar cearense: uma breve história. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, número especial (2), p. 02-16, nov. 2015.

OLIVEIRA, M. P. de. Cidadania no Brasil: elementos para uma análise geográfica. **GEOgraphia**, Universidade Federal Fluminense, v. 3, n. 6, p. 35-41, 2009.

QUINTEIRO, S. BALEIRO, R. **Estudos em Literatura e Turismo**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2017.

QUINTEIRO, S. Geografia literária, turismo e educação: confluências e oportunidades. In: **Congrés Internacional Geografies Literàries, 3**. Universitat de Vic – Universitat Central de Catalunya, p. 1-9, out. 2020.

SANTOS, F. W. M. dos. A marca discursiva da seca como entrave à civilização em *A Normalista* de Adolfo Caminha (1893). **Temporalidades – Revista de História**. Belo Horizonte. ed. 32, v. 12, n. 1, p. 588-602, Jan./Abr. 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA FILHO, A. L. M. e. **Fortaleza: imagens da cidade**. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

SILVA, J. B. da. Centro de Fortaleza: um lugar especial. In: **Cultura, Política e Identidades: Ceará em Perspectiva**. Volume II. IPHAN - CE: Fortaleza, 2017. p. 461-481.

SOUZA, J. W. F. Secas e socorros públicos no Ceará: doença, pobreza e violência (1877-1932). **Projeto História**, São Paulo, n. 52, 178 pp. 178-219, Jan.-Abr. 2015.

TUAN, Yi-Fu. Lugar: uma perspectiva experiencial. **Geograficidade**, v. 8. n. 1, p. 4-15, 2018.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad. Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

VERDAGUER, C. C. I. Ciudades literarias: por una jerarquía urbana cualitativa hacia una geografía de la emoción. **Geografía, Literatura e Arte**, v. 1, n. 1, p. 22-35, jan./jun. 2018.

WRIGHT, J. K. Terrae incognitae: o lugar da imaginação na Geografia. **Geograficidade**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 4-18, Inverno 2014.
